

04  
2015

# BEO RAM

BOLETIM DE  
EXECUÇÃO  
ORÇAMENTAL

GOVERNO  
REGIONAL  
DA MADEIRA



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



# Índice

Apresentação .....	4
1. Síntese global .....	5
2. Subsetor do Governo Regional.....	6
2.1. Síntese .....	6
2.2. Receita.....	10
2.3. Despesa .....	13
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR.....	18
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas.....	18
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR .....	19
4. Dívida não Financeira da Administração Regional .....	24
5. Conceitos aplicados.....	26
6. Siglas e abreviaturas.....	27
7. Índice de Quadros .....	28

## ◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e da dívida não financeira da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se aos valores acumulados até ao final do mês de março de 2015.

## ◆ I. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de 2015 e de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-março)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
<b>Receita corrente</b>	<b>210.495,8</b>	<b>44.340,7</b>	<b>70.324,7</b>	<b>227.732,3</b>
Impostos diretos	51.341,0	192,7	0,0	51.533,6
Impostos indiretos	107.721,3	10,7	0,0	107.732,0
Contribuições de Segurança Social	885,2	0,0	0,0	885,2
Outras receitas correntes	50.548,4	44.137,3	70.324,7	67.581,5
Transferências correntes	43.512,0	41.901,2	61.293,6	49.277,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	42.920,4	227,1	50,2	43.197,7
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	36.381,6	61.047,2	0,0
<b>Receita de capital</b>	<b>7.348,6</b>	<b>8.896,2</b>	<b>5.320,1</b>	<b>16.503,4</b>
Venda de bens de investimento	982,1	0,0	63,8	1.045,9
Transferências capital	6.191,6	8.891,7	5.245,8	15.267,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	136,9	0,0	136,9
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	1.086,9	3.974,6	0,0
<b>Receita efetiva</b>	<b>217.844,4</b>	<b>53.236,8</b>	<b>75.644,8</b>	<b>244.235,7</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>256.102,8</b>	<b>41.926,6</b>	<b>58.859,3</b>	<b>259.459,9</b>
Consumo público	116.765,3	32.011,5	54.847,2	203.624,0
Despesas com o pessoal	81.054,3	6.764,3	26.672,8	114.491,4
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	35.711,0	25.247,2	28.174,4	89.132,6
Subsídios	1.207,6	865,4	35,3	2.108,4
Juros e outros encargos	25.876,5	2.365,7	1.790,5	30.032,7
Transferências correntes	112.253,4	6.684,0	2.186,3	23.694,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	427,4	0,0	427,4
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	97.425,9	3,0	0,0	0,0
<b>Despesa de capital</b>	<b>44.473,0</b>	<b>9.451,2</b>	<b>15.882,9</b>	<b>64.745,6</b>
Investimento	31.396,9	1.580,9	15.882,9	48.860,7
Transferências de capital	13.076,1	7.870,3	0,0	15.884,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.389,0	538,6	0,0	1.927,7
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	5.061,5	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>300.575,9</b>	<b>51.377,8</b>	<b>74.742,2</b>	<b>324.205,5</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-82.731,4</b>	<b>1.859,0</b>	<b>902,6</b>	<b>-79.969,8</b>
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-45.607,0	2.414,0	11.465,3	-31.727,6
Despesa corrente primária	230.226,3	39.561,0	57.068,8	229.427,2
Saldo corrente primário	-19.730,4	4.779,7	13.255,8	-1.694,9
Saldo de capital	-37.124,4	-555,0	-10.562,8	-48.242,2
Despesa primária	274.699,3	49.012,1	72.951,7	294.172,8
Saldo primário	-56.854,9	4.224,7	2.693,1	-49.937,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsectores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

Em 31 de março de 2015, o saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é deficitário em 80,0 milhões de euros. O saldo primário ascende a -49,9 milhões de euros e o saldo

de capital é deficitário em 48,2 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 324,2 milhões de euros e a uma despesa primária de 294,2 milhões de euros. A receita efetiva ascendeu a 244,2 milhões de euros.

## ◆ 2. Subsetor do Governo Regional

### ◆ 2.1. Síntese

O *saldo global* registado no primeiro trimestre de 2015, pelo subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública – foi de -82,7 milhões euros, o que representa uma melhoria de 50,2 milhões de euros face ao período homólogo. Esta circunstância decorre da diminuição das *Despesas correntes*, motivada, em larga medida, pela redução das verbas despendidas com *Juros e outros encargos*. Em paralelo, verificou-se um aumento das *Despesas de Capital* que se traduz numa variação homóloga de 32,2 milhões de euros, fundamentalmente em virtude do pagamento de encargos transitados de anos anteriores. A *despesa efetiva* registou um decréscimo de 14,9% face ao ano de 2014, com a *receita efetiva* também a evoluir negativamente (-1,2%). Especificamente, o *saldo de capital* apresenta-se deficitário tendo registado um agravamento de 34,9 milhões de euros face ao ano anterior. O *saldo corrente* evidenciado no final do primeiro trimestre de 2014 ascendeu a -45,6 milhões de euros e o *saldo de capital* a -37,1 milhões de euros. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores, o saldo global é deficitário em 8,5 milhões de euros.

Uma apreciação mais detalhada permite constatar que, enquanto que na vertente corrente a *receita* aumentou 0,1%, em termos homólogos, a *despesa* variou -24,9%, fundamentalmente devido à diminuição do pagamento de *Juros e outros encargos* (associados, em 2013, ao empréstimo de 1.100 milhões de euros). O *saldo global* evidenciado no final do primeiro trimestre de 2015 resulta do comportamento da *receita efetiva*, que variou -1,2%, influenciada pela evolução registada ao nível da componente de capital (-27,1%), e de um decréscimo da *despesa efetiva* (-14,9%), o qual, foi condicionado no sentido descendente pela evolução das despesas com a *Aquisição de bens e serviços correntes* (-18,5%), com os *Juros e outros encargos* (-74,2%) e com *Outras despesas correntes* (-98,5%), e no sentido ascendente, pelo comportamento das restantes componentes da *despesa*. Da informação disponível para o

primeiro trimestre de 2015, sobressai que 16,1% da despesa corrente realizada destinou-se à liquidação de encargos transitados de anos anteriores (41,1 milhões de euros).

Do lado da *receita*, assinala-se a trajetória ascendente da componente corrente, cristalizada numa variação homóloga de 0,1%, e descendente na componente de capital, materializada numa variação de -27,1% face a 2014, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-março)		€ Milhares	
	2014	2015	VH (%)
<b>Receita corrente</b>	<b>210.334,3</b>	<b>210.495,8</b>	<b>0,1</b>
Receitas fiscais	159.331,8	159.062,3	-0,2
Impostos diretos	56.598,0	51.341,0	-9,3
Impostos indiretos	102.733,9	107.721,3	4,9
Outras receitas correntes	51.002,5	51.433,6	0,8
<b>Receita de capital</b>	<b>10.076,2</b>	<b>7.348,6</b>	<b>-27,1</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>220.410,5</b>	<b>217.844,4</b>	<b>-1,2</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>340.987,8</b>	<b>256.102,8</b>	<b>-24,9</b>
Despesas com o pessoal	77.895,3	81.054,3	4,1
Aquisição de bens e serviços	43.650,2	35.589,4	-18,5
Juros e outros encargos	100.490,2	25.876,5	-74,2
Transferências correntes	109.531,7	112.253,4	2,5
Administrações Públicas	99.318,3	97.425,9	-1,9
Outras	10.213,4	14.827,5	45,2
Subsídios	1.200,1	1.207,6	0,6
Outras despesas correntes	8.220,2	121,6	-98,5
<b>Despesa de capital</b>	<b>12.319,3</b>	<b>44.473,0</b>	<b>261,0</b>
Investimento	7.448,1	31.396,9	321,5
Transferências de capital	4.871,2	13.076,1	168,4
Administrações Públicas	3.214,0	6.450,5	100,7
Outras	1.657,2	6.625,6	299,8
Outras despesas de capital			
<b>Despesa efetiva</b>	<b>353.307,1</b>	<b>300.575,9</b>	<b>-14,9</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-132.896,6</b>	<b>-82.731,4</b>	<b>37,7</b>
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-130.653,4	-45.607,0	65,1
Saldo de capital	-2.243,1	-37.124,4	-1.555,0
Saldo primário	-32.406,4	-56.854,9	-75,4
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	6.714,2	4.564,8	-32,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ◆ O *saldo primário* foi de -56,9 milhões de euros, o que representa um agravamento de cerca de 24,4 milhões de euros relativamente aos três primeiros meses de 2014;
- ◆ Verifica-se uma melhoria do *saldo corrente*, cristalizado numa variação homóloga de 65,1%;
- ◆ A variação homóloga do *saldo global* resulta da trajetória descendente da *receita*, a par de um decréscimo mais pronunciado da *despesa efetiva*. Com efeito, enquanto a *receita efetiva* diminuiu, em termos homólogos, 2,6 milhões de euros nos três primeiros meses de 2015, a *despesa efetiva* diminuiu 52,7 milhões euros,

justificando, deste modo, a formação do *saldo global* evidenciado no final do primeiro trimestre de 2015 de -82,7 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -45,6 milhões de euros e num saldo de capital de -37,1 milhões de euros. A dinâmica da despesa é influenciada pela utilização do empréstimo de 150 milhões de euros com o aval da República, cuja aplicação em 2015 foi dirigida ao pagamento de encargos relativos a anos anteriores, no valor de 19,7 milhões de euros.

- ◆ O QUADRO seguinte aborda a execução orçamental de março do subsetor do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:



## QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (março)

€ Milhares

	2014	2015	VH (%)
<b>Receita corrente</b>	<b>141.635,9</b>	<b>65.728,5</b>	<b>-53,6</b>
Receitas fiscais	93.650,7	61.854,4	-34,0
Outras receitas correntes	47.985,3	3.874,1	-91,9
<b>Receita de capital</b>	<b>8.281,4</b>	<b>4.132,8</b>	<b>-50,1</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>149.917,4</b>	<b>69.861,3</b>	<b>-53,4</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>139.308,1</b>	<b>71.666,6</b>	<b>-48,6</b>
Despesas com o pessoal	26.409,6	27.712,3	4,9
Aquisição de bens e serviços	34.854,0	5.187,6	-85,1
Juros e outros encargos	39.673,4	1.520,8	-96,2
<b>Despesa de capital</b>	<b>3.926,5</b>	<b>15.248,3</b>	<b>288,3</b>
Investimento	548,8	9.160,2	1.569,2
Transferências de capital	3.377,7	6.088,1	80,2
Outras despesas de capital			
<b>Despesa efetiva</b>	<b>143.234,5</b>	<b>86.914,9</b>	<b>-39,3</b>
<b>Saldo global</b>	<b>6.682,8</b>	<b>-17.053,6</b>	<b>355,2</b>
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	2.327,9	-5.938,1	-355,1
Saldo de capital	4.355,0	-11.115,5	-355,2
Saldo primário	46.356,2	-15.532,8	-133,5

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ◆ A execução orçamental relativa ao mês de março expressa uma trajetória análoga à registada em termos acumulados para 2015. Com efeito, a receita efetiva registou um decréscimo de 53,4% face ao evidenciado no primeiro trimestre de 2014, tendo-se verificado igualmente um decréscimo do lado da despesa efetiva (-39,3%), que condicionou a formação de um saldo global deficitário em março de 2015. Em concreto, o saldo global evidencia que a despesa efetiva superou a receita efetiva em 17,1 milhões de euros, para o qual contribuiu o saldo de capital deficitário (-11,1 milhões de euros), assim como a dinâmica negativa evidenciada pela componente corrente, com o respetivo saldo a apresentar-se deficitário em -5,9 milhões de euros.

## ◆ 2.2. Receita

- ◆ A *receita efetiva* do Governo Regional variou -1,2% nos primeiros três meses de 2015, em virtude do comportamento evidenciado tanto pelas *receitas não fiscais*, que registaram uma variação de -3,8%, como pelas *receitas fiscais*, que evidenciaram um comportamento marginalmente negativo ao longo do primeiro trimestre de 2015 (-0,2%). Na componente fiscal, assinala-se a evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (4,9%), motivada pela variação na arrecadação das receitas provenientes dos *impostos sobre o valor acrescentado* (11,9%), em virtude da entrada em vigor da portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março, que redefine os critérios de distribuição das receitas do IVA entre o Estado e as Regiões Autónomas. Por seu turno, ao nível da fiscalidade direta, registou-se uma variação de -9,3% em termos homólogos;
- ◆ Ao nível da *receita não fiscal*, a variação de -3,8% face aos três primeiros meses de 2014 reflete, fundamentalmente, uma diminuição da *receita de capital*, motivada pelo decréscimo na realização de receita proveniente de *Transferências de capital*. Ao nível da componente *corrente*, registou-se um acréscimo de 0,8%, para o que contribuíram, no sentido ascendente, as evoluções registadas ao nível das *Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE e Taxas, multas e outras penalidades*, assim como das *Outras receitas correntes*, e, no sentido descendente, as restantes componentes da *Receita corrente*.
- ◆ A *receita fiscal* fixou-se nos 159,1 milhões de euros, no final de março de 2015, refletindo uma variação de -0,2% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da *receita fiscal* acumulada nos três primeiros meses de 2015 resulta da trajetória ascendente verificada ao nível dos *impostos indiretos* (4,9%), contrariada pela dinâmica descendente dos *impostos diretos* (-9,3%);
- ◆ O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à *receita fiscal*.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março)			€ Milhares
	2014	2015	VH (%)
<b>Receita fiscal</b>	<b>159.331,8</b>	<b>159.062,3</b>	<b>-0,2</b>
Impostos Diretos	56.598,0	51.341,0	-9,3
IRS	43.892,3	43.832,7	-0,1
IRC	12.705,7	7.508,3	-40,9
Outros	0,0	0,0	0,0
Impostos Indiretos	102.733,9	107.721,3	4,9
ISP	9.402,7	9.813,3	4,4
IVA	78.277,9	87.583,1	11,9
ISV	887,9	1.062,1	19,6
Imposto de consumo sobre o tabaco	8.113,7	3.774,8	-53,5
IABA	1.171,3	1.169,2	-0,2
Outros	4.880,3	4.318,9	-11,5
Imposto de Selo	4.250,8	3.668,8	-13,7
IUC	541,1	583,6	7,8
<b>Receita não fiscal</b>	<b>61.078,7</b>	<b>58.782,2</b>	<b>-3,8</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>220.410,5</b>	<b>217.844,4</b>	<b>-1,2</b>

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

#### A evolução dos impostos diretos de 2014 para 2015 foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)* – regista-se um decréscimo face ao ano de 2014, que acende a -0,1%;
- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)* – verifica-se uma variação de -40,9% relativamente a 2014.

As variações ocorridas refletem, na parte relativa à tributação do rendimento das pessoas singulares, a entrada em vigor de novas tabelas de retenção na fonte, que incorporam um coeficiente familiar que visa atenuar a carga fiscal dos agregados com maior número de dependentes.

Relativamente ao decréscimo verificado ao nível do IRC, assinala-se como principal fator explicativo a cessação da atividade de empresas que induziram a cobranças extraordinárias no início de 2014, pelo que, expurgando o caráter excecional da arrecadação de receita em 2014, o ano 2015 registou um nível de receita em linha com o verificado no período homólogo do ano anterior.

#### A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)* – verifica-se um aumento na receita arrecadada até março de 2015 face ao período homólogo de 2014

(11,9%). Esta evolução deriva da entrada em vigor da portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março, que redefine os critérios de distribuição das receitas do IVA entre o Estado e as Regiões Autónomas;

- ◆ *Imposto sobre Veículos (ISV)* – a receita acumulada registou uma variação de 19,6% face ao período homólogo de 2014;
- ◆ *Imposto de Selo (IS)* – a receita acumulada registou uma diminuição de 13,7%;
- ◆ *Imposto sobre o Tabaco (IT)* – a receita líquida acumulada registou um decréscimo de 53,5% comparativamente a 2014;
- ◆ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)* – A arrecadação da receita proveniente destes impostos aumentou face ao nível da execução dos três primeiros meses de 2014 (4,4%).

A *receita não fiscal* apresenta uma variação de -3,8%, em grande medida influenciada, no que à componente corrente diz respeito, pela diminuição das *Transferências correntes*, em particular das provenientes do Estado, justificada, fundamentalmente pela alteração do método de cálculo estabelecido na nova Lei das Finanças Regionais, e na componente de capital, pela variação evidenciada ao nível das *Transferências de capital* (-36,6%), em particular das provenientes da União Europeia, situação que não será alheia ao facto do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) se encontrar, em 2015, em fase de encerramento.

O quadro seguinte complementa o descrito relativamente à execução orçamental da *receita não fiscal* do Governo Regional da Madeira, relativa aos anos de 2014 e 2015:

## QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março)

€ Milhares

	2014	2015	Grau de Execução (%)
<b>Receita fiscal</b>	<b>159.331,8</b>	<b>159.062,3</b>	<b>18,0%</b>
<b>Receita não fiscal</b>	<b>61.078,7</b>	<b>58.782,2</b>	<b>17,1%</b>
<b>Correntes</b>	<b>51.002,5</b>	<b>51.433,6</b>	<b>22,2%</b>
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	729,2	885,2	15,7%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	3.684,0	4.209,5	16,2%
Rendimentos da Propriedade	1.043,1	900,0	45,0%
Transferências Correntes	43.935,6	43.512,0	23,4%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.520,9	1.741,0	18,7%
Outras Receitas Correntes	89,6	185,8	5,4%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
<b>Capital</b>	<b>10.076,2</b>	<b>7.348,6</b>	<b>6,6%</b>
Venda de Bens de Investimento	29,3	982,1	9,8%
Transferências de Capital	9.770,4	6.191,6	6,3%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	276,5	174,9	7,0%
<b>Receita efetiva</b>	<b>220.410,5</b>	<b>217.844,4</b>	<b>17,8%</b>

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

## ♦ 2.3. Despesa

A *despesa efetiva* acumulada do Governo Regional diminuiu 14,9% entre 2014 e 2015, tendo apresentado um grau de

execução de 20,0%, mais 0,3 pontos percentuais (p.p.) do que o executado até março de 2014.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-março)

€ Milhares

	2014	2015	2014	2015	VH (%)
			Grau de Execução (%)		
<b>Despesa corrente</b>	<b>340.987,8</b>	<b>256.102,8</b>	<b>24,3</b>	<b>20,7</b>	<b>-24,9</b>
Despesas com o pessoal	77.895,3	81.054,3	22,5	22,5	4,1
Remunerações Certas e Permanentes	64.286,5	66.633,5	23,2	23,3	3,7
Abonos Variáveis ou Eventuais	462,6	481,4	14,9	15,4	4,1
Segurança social	13.146,3	13.939,4	19,7	19,4	6,0
Aquisição de bens e serviços correntes	43.650,2	35.589,4	19,8	15,8	-18,5
Juros e outros encargos	100.490,2	25.876,5	28,6	17,2	-74,2
Transferências correntes	109.531,7	112.253,4	23,9	23,1	2,5
Administrações Públicas	99.318,3	97.425,9	25,3	23,3	-1,9
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	99.318,3	97.425,9	25,3	23,3	-1,9
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	10.213,4	14.827,5	15,5	21,6	45,2
Subsídios	1.200,1	1.207,6	9,1	9,9	0,6
Outras despesas correntes	8.220,2	121,6	62,6	2,8	-98,5
<b>Despesa corrente primária</b>	<b>240.497,6</b>	<b>230.226,3</b>	<b>22,9</b>	<b>21,1</b>	<b>-4,3</b>
<b>Despesa de capital</b>	<b>12.319,3</b>	<b>44.473,0</b>	<b>3,2</b>	<b>17,1</b>	<b>261,0</b>
Investimento	7.448,1	31.396,9	4,8	18,7	321,5
Transferências de capital	4.871,2	13.076,1	6,9	23,8	168,4
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
<b>Despesa efetiva</b>	<b>353.307,1</b>	<b>300.575,9</b>	<b>19,8</b>	<b>20,0</b>	<b>-14,9</b>

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Por memória:

Ativos financeiros	6.714,2	4.564,8	11,3	8,8
Passivos financeiros	4,5	52.401,6	0,0	40,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

**Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2014 para 2015 foram os seguintes:**

- ◆ Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 74,4 milhões de euros;
- ◆ Variação das *Despesas com o pessoal* (4,1%), em parte explicada pela reversão da redução remuneratória temporária, conforme expresso no art.º 4.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro;
- ◆ Decréscimo das despesas com enquadramento na rubrica *Aquisição de bens e serviços correntes* (-18,5%);
- ◆ Decréscimo da despesa com juros e outros encargos (-74,2%);
- ◆ Acréscimo das transferências correntes (2,5%);
- ◆ Despesa com *subsídios* ascendeu a 1,2 milhões euros até março de 2015;
- ◆ Decréscimo na execução da rubrica relativa a *Outras despesas correntes* (-8,1 milhões de euros);

- ◆ Acréscimo da despesa de capital (261,0%), a que estão associados os aumentos dos pagamentos de dívidas de anos anteriores com a *Aquisição de bens de capital* (321,5%);
- ◆ As despesas *correntes* realizadas até ao final de março de 2015 representam 85,2% do total da *despesa efetiva*, sendo que os pagamentos de *despesa corrente* relativa a encargos de anos

anteriores ascenderam a 41,1 milhões de euros e a *despesa corrente primária* corresponde a 76,6% da despesa efetiva. Comparativamente ao período homólogo, as *despesas correntes* diminuíram o seu peso relativo na *despesa efetiva* em 11,3 pontos percentuais. O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-março)			€ Milhares
	2014	2015	Peso na estrutura em 2014
<b>Funções Gerais de Soberania</b>	<b>18.434,3</b>	<b>20.219,4</b>	<b>6,7</b>
Serviços Gerais da Administração Pública	16.562,5	18.357,8	6,1
Segurança e Ordem Públicas	1.871,8	1.861,6	0,6
<b>Funções Sociais</b>	<b>174.507,3</b>	<b>192.973,3</b>	<b>64,2</b>
Educação	73.116,2	74.965,0	24,9
Saúde	86.249,1	88.504,8	29,4
Habitação e Serviços Coletivos	11.999,0	14.746,2	4,9
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	3.143,1	14.757,3	4,9
<b>Funções Económicas</b>	<b>59.882,7</b>	<b>61.508,5</b>	<b>20,5</b>
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	7.715,2	9.071,1	3,0
Indústria e Energia	268,3	295,9	0,1
Transportes e Comunicações	44.206,2	45.113,2	15,0
Comércio e Turismo	5.231,3	4.335,5	1,4
Outras Funções Económicas	2.461,6	2.692,8	0,9
<b>Outras Funções</b>	<b>100.482,7</b>	<b>25.874,7</b>	<b>8,6</b>
Operações da Dívida Pública	100.482,7	25.874,7	8,6
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>353.307,1</b>	<b>300.575,9</b>	<b>100,0</b>
<i>Por memória:</i>			
Ativos financeiros	6.714,2	4.564,8	1,5
Funções Gerais de Soberania	2.639,2	3.215,1	1,1
Funções Sociais	1.869,4	576,5	0,2
Funções Económicas	2.205,6	773,2	0,3
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	4,5	52.401,6	17,4
Outras Funções	4,5	52.401,6	17,4

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ A apreciação da estrutura da *despesa* pela ótica funcional permite comprovar o relevo das *funções sociais* na execução da despesa, representando 64,2% do total, seguindo-se as *funções económicas* (20,5%), as *outras funções* (8,6%), e as *funções gerais de soberania* (6,7%).
  - ◆ Nas *funções sociais*, destacam-se as verbas destinadas à *educação* (75,0 milhões de euros) e à *saúde* (88,5 milhões de euros), que representam 38,8% e 45,9% das despesas em *funções sociais*, respetivamente. As despesas com a *educação* aumentaram cerca de 1,8 milhões de euros, sendo que na *saúde* o montante despendido revelou--se superior ao do período homólogo do ano precedente em 2,3 milhões de euros.
  - ◆ Nas *outras funções*, os 25,9 milhões de euros executados destinaram-se a *operações da dívida pública* – representando uma variação de -74,2% face à execução registada nos três primeiros meses de 2014, o que decorre dos pagamentos efetuados em 2013 associados ao empréstimo de 1.100 milhões de euros;
  - ◆ As despesas com as *funções económicas* cresceram em 2015, face à realização de 2014, cristalizando uma variação de 1,6 milhões de euros em termos homólogos;
  - ◆ Nas *funções gerais de soberania* a execução ascendeu a 20,2 milhões de euros, o que representou uma variação de 9,7% face ao registado até final de março de 2014, com os *serviços gerais da administração pública*, que apresentam um acréscimo de 10,8%, a condicionarem a evolução registada;
  - ◆ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 93,7 milhões de euros, dos quais 96,4% correspondem a *transferências correntes* (destinadas maioritariamente à área da Saúde). A despesa realizada pela Secretaria Regional do Plano e Finanças (60,7 milhões de euros), foi dirigida, fundamentalmente, ao pagamento de *juros e outros encargos* e ao pagamento das SCUTS. Segue-se a Secretaria Regional da Educação e dos Recursos Humanos com 87,8 milhões de euros (*despesa efetiva*), dos quais 70,7% dizem respeito às *despesas com o pessoal*. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 0,3 milhões de euros, afetos, na sua maioria, a *despesas com o pessoal* (73,9%). As *transferências* para a Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam, a 3,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2015.
- O quadro VII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:



**QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-março)**

€Milhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	<b>TOTAL</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>3.448,3</b>	<b>343,5</b>	<b>7.501,3</b>	<b>56.858,4</b>	<b>8.005,1</b>	<b>5.995,3</b>	<b>91.212,3</b>	<b>82.738,7</b>	<b>256.102,8</b>
Despesas com o pessoal	0,0	254,0	5.828,1	4.117,3	6.185,9	2.115,1	493,7	62.060,2	81.054,3
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	200,2	4.652,5	3.260,2	4.942,5	1.709,1	397,3	51.471,7	66.633,5
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	6,5	58,6	80,6	46,6	5,8	0,5	282,9	481,4
Segurança social	0,00	47,3	1.117,1	776,5	1.196,8	400,2	95,9	10.305,7	13.939,4
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	89,5	1.236,5	26.379,6	673,2	2.426,9	393,7	4.390,0	35.589,4
Aquisição de bens	0,00	8,8	147,0	205,2	25,7	1.135,1	2,7	1.464,4	2.988,9
Aquisição de serviços	0,00	80,7	1.089,5	26.174,4	647,6	1.291,8	391,0	2.925,5	32.600,5
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	25.874,7	0,0	0,0	0,0	1,8	25.876,5
Transferências correntes	3.448,3	0,0	365,8	469,6	1.053,1	334,4	90.324,9	16.257,2	112.253,4
Administrações Públicas	3.448,3	0,0	337,0	453,3	1.051,5	0,0	89.903,0	2.232,8	97.425,9
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	3.448,3	0,0	337,0	453,3	1.051,5	0,0	89.903,0	2.232,8	97.425,9
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	28,8	16,3	1,6	334,4	421,9	14.024,4	14.827,5
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	72,5	1.107,4	0,0	27,7	1.207,6
Outras despesas correntes	0,0	0,0	70,9	17,2	20,4	11,5	0,0	1,7	121,6
<b>Despesa de capital</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>28.312,7</b>	<b>3.889,0</b>	<b>3.526,1</b>	<b>1.253,0</b>	<b>2.463,9</b>	<b>5.028,5</b>	<b>44.473,0</b>
Investimento	0,0	0,0	27.380,7	3.889,0	61,0	18,5	0,0	47,8	31.396,9
Transferências de capital	0,0	0,0	932,0	0,0	3.465,1	1.234,5	2.463,9	4.980,7	13.076,1
Administrações Públicas	0,0	0,0	932,0	0,0	1.813,7	1.234,5	2.463,9	6,5	6.450,5
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	1.389,0	0,0	0,0	0,0	1.389,0
Administração Regional	0,0	0,0	932,0	0,0	424,7	1.234,5	2.463,9	6,5	5.061,5
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	1.651,4	0,0	0,0	4.974,2	6.625,6
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>3.448,3</b>	<b>343,5</b>	<b>35.814,0</b>	<b>60.747,3</b>	<b>11.531,2</b>	<b>7.248,3</b>	<b>93.676,2</b>	<b>87.767,1</b>	<b>300.575,9</b>
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros		0,0	0,0	3.215,1	0,0	773,2	576,5	0,0	4.564,8
Passivos financeiros		0,0	0,0	52.401,6	0,0	0,0	0,0	0,0	52.401,6
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	27.267,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

## ◆ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

### ◆ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ◆ A partir de 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.
  - ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação – Associação;
  - Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.
- ◆ Ainda, em 2015, as transferências para o SESARAM, EPE e para a IHM, EPERAM, passam a ser processadas diretamente pela tutela, a SRAS, estando assim excluídas da presente análise dos SFA, o que implicará alterações significativas em relação ao valor global afeto a este subsetor.
- ◆ O *saldo global* da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada até ao final do primeiro trimestre de 2015, situou-se em 0,9 milhões de euros. Para este valor contribuem as despesas com o *pessoal* (26,7 milhões de euros), com a *aquisição de bens e serviços correntes* (27,8 milhões de euros), com *juros e outros encargos* (1,8 milhões de euros) e com *transferências correntes* (2,2 milhões de euros), fazendo com que a *despesa corrente* se fixasse em 58,9 milhões de euros. Relativamente à componente de
  - ADERAM - Agência de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira;
  - CARAM - Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira;
  - IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
  - SESARAM - Serviço Regional de Saúde, EPE;

capital, a despesa realizada ao nível da *aquisição de bens de capital*, totalizou 15,9 milhões de euros. Do lado das *receitas*, a componente corrente ascendeu a 70,3 milhões de euros, enquanto que a componente de capital que ascendeu a 5,3 milhões de euros – contribuiu de forma menos intensa para

o superavit evidenciado no final de março.

- ◆ Verifica-se uma quebra no *saldo global* das EPR de 2,2 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR	€ Milhares	
	fevereiro	março
Empresas Públicas Reclassificadas	3.139,0	902,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

### ◆ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 1,9 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas *transferências da Administração Pública Regional (APR)*, que atingiram 36,4 milhões de euros, o que representa 68,3% da *receita efetiva*. Nas *receitas de capital* – não considerando o *saldo da gerência anterior* – as *transferências* provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela

mais relevante do total arrecadado pela via de capital nos primeiros três meses de 2015 (86,2%). A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* e com o *peçoal*, que representaram 90,6% da *despesa efetiva*.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-março) € Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
<b>Saldo global</b>	<b>1.859,0</b>	<b>902,6</b>	<b>2.761,6</b>
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	49.012,1	72.951,7	121.963,9
Saldo primário	4.224,7	2.693,1	6.917,8
Saldo corrente	2.414,0	11.465,3	13.879,4
Saldo de capital	-555,0	-10.562,8	-11.117,8
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	22,1	241,1	263,2
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	14.435,0	14.435,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O *saldo global* (SFA+EPR) relativo a março de 2015, totalizou 2,8 milhões de euros, em virtude dos resultados positivos evidenciados tanto pelas EPR, cujo *saldo global* ascendeu a 0,9 milhões de euros, como pelos SFA, que registaram um saldo

de 1,9 milhões de euros. Os saldos *corrente* e de *capital* atingiram, respetivamente, 13,9 e -11,1 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos 122,0 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 6,9 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-março)

€ Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
<b>Receita corrente</b>	<b>44.340,7</b>	<b>70.324,7</b>	<b>114.665,3</b>
Impostos diretos	192,7	0,0	192,7
Impostos indiretos	10,7	0,0	10,7
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	697,9	3.108,1	3.806,0
Transferências Correntes	41.901,2	61.293,6	103.194,8
União Europeia	5.287,2	180,4	5.467,5
Outras transferências	36.614,0	61.113,3	97.727,3
Venda de bens e serviços correntes	1.142,6	3.279,4	4.422,1
Outras Receitas Correntes	395,6	2.643,5	3.039,1
<b>Receita de capital</b>	<b>8.896,2</b>	<b>5.320,1</b>	<b>14.216,3</b>
Venda de bens de investimento	0,0	63,8	63,8
Transferências de capital	8.891,7	5.245,8	14.137,5
União Europeia	7.667,9	1.271,2	8.939,1
Outras transferências	1.223,8	3.974,6	5.198,4
Outras Receitas de Capital	0,5	7,1	7,6
<b>Receita efetiva</b>	<b>53.236,8</b>	<b>75.644,8</b>	<b>128.881,6</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>41.926,6</b>	<b>58.859,3</b>	<b>100.785,9</b>
Despesas com o pessoal	6.764,3	26.672,8	33.437,1
Aquisição de bens e serviços	25.227,2	27.836,0	53.063,2
Juros e outros encargos	2.365,7	1.790,5	4.156,2
Transferências correntes	6.684,0	2.186,3	8.870,4
Outros subsectores das Administrações Públicas	427,4	0,0	427,4
Outras transferências	6.256,6	2.186,3	8.443,0
Subsídios	865,4	35,3	900,7
Outras despesas correntes	20,0	338,4	358,4
<b>Despesa de capital</b>	<b>9.451,2</b>	<b>15.882,9</b>	<b>25.334,1</b>
Investimento	1.580,9	15.882,9	17.463,8
Transferências de capital	7.870,3	0,0	7.870,3
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>51.377,8</b>	<b>74.742,2</b>	<b>126.120,0</b>
<b>Saldo global</b>	<b>1.859,0</b>	<b>902,6</b>	<b>2.761,6</b>

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ Em termos de execução mensal, constata-se que o *saldo global* do mês de março, dos SFA e das EPR, ascende a -4,4 milhões de euros, tendo o *saldo corrente* atingido 0,9 milhões de euros e o de capital, -5,3 milhões de euros. A

*despesa primária* fixou-se nos 46,4 milhões de euros e o *saldo primário* em -3,9 milhões de euros.

- ◆ A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

## QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (março)

€ Milhares

	março 2015	
	SFA execução mensal	EPR execução mensal
<b>Receita corrente</b>	<b>12.966,4</b>	<b>23.251,9</b>
Impostos diretos	38,1	0,0
Impostos indiretos	3,1	0,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0
Outras receitas correntes	12.925,2	23.251,9
Transferências correntes	12.184,7	20.071,2
<b>Receita de capital</b>	<b>3.493,3</b>	<b>2.846,1</b>
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências capital	3.492,1	2.840,4
<b>Receita efetiva</b>	<b>16.459,7</b>	<b>26.098,0</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>13.454,4</b>	<b>21.886,7</b>
Consumo público	10.391,9	20.813,9
Despesas com o pessoal	2.339,0	9.295,2
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	8.052,9	11.518,7
Subsídios	341,1	16,3
Juros e outros encargos	240,1	298,8
Transferências correntes	2.481,3	757,7
<b>Despesa de capital</b>	<b>5.162,3</b>	<b>6.447,7</b>
Investimento	1.571,2	6.447,7
Transferências de capital	3.591,1	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>18.616,7</b>	<b>28.334,4</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-2.156,9</b>	<b>-2.236,4</b>

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O quadro XIII apresenta os saldos de março dos subsetores do Governo Regional, SFA, e

EPR – em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

## QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	março 2015	janeiro-março 2015	março 2015	janeiro-março 2015
<b>Saldo global</b>	<b>2.408,4</b>	<b>-15.850,6</b>	<b>-21.447,0</b>	<b>-79.969,8</b>
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	13.564,0	17.854,3	-5.060,9	-31.727,6
Despesa corrente primária	53.095,0	172.358,4	74.682,9	229.427,2
Saldo corrente primário	15.324,9	46.096,5	-3.001,2	-1.694,9
Saldo de capital	-11.155,6	-33.704,8	-16.386,1	-48.242,2
Despesa primária	71.533,7	221.221,1	99.569,3	294.172,8
Saldo primário	4.169,3	12.391,7	-19.387,3	-49.937,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ O *saldo corrente* (considerando GR+SFA), em termos acumulados

ascendeu a 13,6 milhões de euros, tendo o *saldo de capital* atingido -11,2

milhões de euros. A informação relativa ao *saldo primário* (GR+SFA) revela um resultado que ascende a 4,2 milhões de euros até março de 2015.

- ◆ Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a *receita corrente* arrecadada até março de 2015 foi de 227,7 milhões de euros e a despesa da mesma natureza ascendeu a 259,5 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita

atingiu os 16,5 milhões de euros enquanto a despesa ascendeu a 64,7 milhões de euros. A receita líquida dos *ativos e passivos financeiros*, bem como das *operações extraorçamentais*, atingiu os 244,2 milhões de euros, com a *despesa efetiva* a atingir os 324,2 milhões de euros.

- ◆ O quadro XIV expressa a desagregação por *receita* e *despesa* do universo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR		€ Milhares			
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)		
	março 2015	janeiro-março 2015	março 2015	janeiro-março 2015	
<b>Receita corrente</b>	<b>68.419,9</b>	<b>218.454,9</b>	<b>71.681,7</b>	<b>227.732,3</b>	
Impostos diretos	24.369,6	51.533,6	24.369,6	51.533,6	
Impostos indiretos	37.526,1	107.732,0	37.526,1	107.732,0	
Contribuições de Segurança Social	340,8	885,2	340,8	885,2	
Outras receitas correntes	6.183,5	58.304,1	9.445,3	67.581,5	
Transferências correntes	2.333,0	49.031,5	2.414,1	49.277,9	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	18,6	43.147,5	18,6	43.197,7	
<b>Receita de capital</b>	<b>7.283,1</b>	<b>15.157,9</b>	<b>8.500,4</b>	<b>16.503,4</b>	
Venda de bens de investimento	632,1	982,1	632,1	1.045,9	
Transferências capital	6.569,2	13.996,4	7.780,7	15.267,6	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	136,9	0,0	136,9	
<b>Receita efetiva</b>	<b>75.703,0</b>	<b>233.612,7</b>	<b>80.182,1</b>	<b>244.235,7</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>54.855,9</b>	<b>200.600,6</b>	<b>76.742,6</b>	<b>259.459,9</b>	
Consumo público	43.320,3	148.776,8	64.134,1	203.624,0	
Despesas com o pessoal	30.051,3	87.818,6	39.346,4	114.491,4	
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	13.269,0	60.958,2	24.787,7	89.132,6	
Subsídios	775,7	2.073,1	792,0	2.108,4	
Juros e outros encargos	1.760,9	28.242,2	2.059,7	30.032,7	
Transferências correntes	8.999,0	21.508,5	9.756,8	23.694,8	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	153,4	427,4	153,4	427,4	
<b>Despesa de capital</b>	<b>18.438,7</b>	<b>48.862,7</b>	<b>24.886,4</b>	<b>64.745,6</b>	
Investimento	10.731,4	32.977,8	17.179,1	48.860,7	
Transferências de capital	7.707,3	15.884,9	7.707,3	15.884,9	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.573,2	1.927,7	1.573,2	1.927,7	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	
<b>Despesa efetiva</b>	<b>73.294,6</b>	<b>249.463,3</b>	<b>101.629,0</b>	<b>324.205,5</b>	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

## ◆ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- ◆ O passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de março de 2015, ascendia a 7,2 milhões de euros, dos quais, % são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por % do montante do passivo verificado;
- ◆ Excluindo as novas EPR (universo comparável com 2014), os passivos ascendem a 1.029,3 milhões de euros;
- ◆ Os *pagamentos em atraso* apurados até ao final de março de 2015, correspondem a 396,0 milhões de euros, dos quais, 114,2 milhões de euros são afetos às novas EPR. As parcelas mais relevantes são atribuídas ao Governo Regional (57,9%) e às EPR (41,9%);
- ◆ Assinala-se ainda o facto da componente *Aquisições de bens e serviços correntes* representar 1.029.337,11% do total do Passivo e 281.742,86% dos pagamentos em atraso;
- ◆ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de março de 2015, no que à *dívida não financeira* diz respeito.

**QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de março de 2015 (valores acumulados)** € Milhares

Total	março de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.085.439,61</b>	<b>781.804,45</b>	<b>319.316,41</b>	<b>1,10%</b>	<b>2,68%</b>	<b>-5,50%</b>
Despesas com Pessoal	21.803,88	6.794,07	49,58	-4,01%	34,61%	-4,01%
Aquisições de Bens e Serviços	513.624,15	510.963,61	280.102,15	5,93%	5,99%	-0,25%
Juros e outros encargos	362.407,21	79.992,71	37.321,09	-0,12%	2,61%	-29,27%
Transferências Correntes	180.901,92	178.017,70	1.825,58	-7,68%	-5,90%	-57,07%
Subsídios	6.487,13	5.823,28	0,00	-7,45%	-15,34%	0,00%
Outras Despesas Correntes	215,32	213,07	18,01	-4,85%	-4,70%	-4,37%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>149.886,13</b>	<b>133.258,81</b>	<b>76.673,38</b>	<b>-20,91%</b>	<b>-22,51%</b>	<b>-17,79%</b>
Aquisições de Bens de Capital	88.756,23	84.567,16	76.405,27	-24,81%	-25,84%	-17,74%
Transferências de Capital	61.129,90	48.691,65	268,11	-14,49%	-15,96%	-30,76%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>1.235.325,74</b>	<b>915.063,27</b>	<b>395.989,79</b>	<b>-2,20%</b>	<b>-1,96%</b>	<b>-8,16%</b>
<b>Total excluindo novas EPR</b>	<b>1.029.337,11</b>	<b>724.886,37</b>	<b>281.742,86</b>	<b>-1,40%</b>	<b>-1,09%</b>	<b>-12,65%</b>

a) Compreende as Entidades Públicas Reclássificadas que passaram a figurar nos reportes mensais a partir de 01/01/2015

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças



**QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de março de 2015 (valores acumulados)** € Milhares

Governo Regional	março de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	764.952,33	493.298,29	188.166,45	4,24%	7,72%	-10,04%
Despesas de Capital	105.670,32	91.983,59	40.931,34	-23,85%	-26,16%	-30,88%
<b>Total</b>	<b>870.622,65</b>	<b>585.281,87</b>	<b>229.097,78</b>	<b>-0,23%</b>	<b>0,47%</b>	<b>-14,64%</b>

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

**QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de março de 2015 (valores acumulados)** € Milhares

Serviços e Fundos Autónomos	março de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	80.829,97	78.798,69	1.110,28	-10,19%	-9,09%	-0,66%
Despesas de Capital	501,13	499,75	0,00	-68,11%	-56,18%	0,00%
<b>Total</b>	<b>81.331,10</b>	<b>79.298,44</b>	<b>1.110,28</b>	<b>-11,18%</b>	<b>-9,70%</b>	<b>-0,66%</b>

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

**QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de março de 2015 (valores acumulados)** € Milhares

Entidades Públicas Reclassificadas	março de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	239.657,31	209.707,48	130.039,68	-4,03%	-3,24%	1,90%
Despesas de Capital	43.714,68	40.775,48	35.742,04	-11,13%	-11,86%	4,98%
<b>Total</b>	<b>283.371,99</b>	<b>250.482,95</b>	<b>165.781,72</b>	<b>-5,20%</b>	<b>-4,76%</b>	<b>2,55%</b>

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

## ◆ 5. Conceitos aplicados

**Contas a pagar** são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

**Pagamentos em atraso** são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ◆ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ◆ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;
- ◆ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

**Passivos** são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

## ◆ 6. Siglas e abreviaturas

APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento do Estado
OE	Orçamento do Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VH	Variação homóloga

## ◆ 7. Índice de Quadros

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-março).....	5
QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-março).....	7
QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (março).....	9
QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março).....	11
QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março).....	13
QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-março).....	14
QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-março).....	15
QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-março).....	17
QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR.....	19
QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-março).....	20
QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-março).....	21
QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (março).....	22
QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR.....	22
QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR.....	23
QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de março de 2015 (valores acumulados).....	24
QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de março de 2015 (valores acumulados).....	25
QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de março de 2015 (valores acumulados).....	25
QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de março de 2015 (valores acumulados).....	25

## ◆ Ficha técnica

**TÍTULO :** *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

**EDIÇÃO:** Secretaria Regional das Finanças e Administração Pública  
Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

**DESIGN GRÁFICO:** © DROC, 2015

**DISTRIBUIÇÃO:** Gratuita

**PERIODICIDADE:** Mensal

**ISSN:** 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

**DATA:** abril de 2015

**LOCAL:** Funchal, Região Autónoma da Madeira



*Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.*

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 |  
Página institucional: <http://srpf.gov-madeira.pt> | E-mail: [droc.srpf@gov-madeira.pt](mailto:droc.srpf@gov-madeira.pt)





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA